

Ata da Sessão Ordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Tocantins – triênio 2013/2015

Data: 14 de fevereiro de 2014, 14h00min.
Local: Sede do Conselho Seccional da OAB/TO
Quadra 201 Norte, Conjunto 03, Lotes 1 e 2, Palmas – TO

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze (14/02/2014), no plenário da sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Tocantins (OAB/TO), após terem sido previamente convocados, reuniram-se na segunda sessão ordinária os membros da OAB/TO eleitos para o triênio 2013/2015, onde presentes se achavam: **Diretoria:** Presidente - Epitácio Brandão Lopes, OAB/TO nº 315; Vice-Presidente - Rubens Dario Lima Câmara, OAB/TO nº 2.807; Secretário - Geral - Paulo Saint-Martin de Oliveira, OAB/TO nº 1.648; Diretor-Tesoureiro - Pompílio Lustosa Messias Sobrinho, OAB/TO nº 1.807; Secretária-Geral Adjunta - Heloísa Teodoro Cunha, OAB/TO nº 847. **Conselheiros Estaduais:** Alessandro de Paula Canedo, Alex Hennemann, Alexandre Abreu Aires Junior, Antônio Ianowich Filho, Célio Alves de Moura, Dinalva Bezerra Costa, Dorema Silva Costa, Fernando Palma Pimenta Furlan, Huascar Mateus Basso Teixeira, José Augusto Bezerra Lopes, José Pedro da Silva, Orlando Rodrigues Pinto, Luiz Antônio Monteiro Maia, Marcello Bruno Farinha das Neves, Moema Neri Ferreira Nunes, Pedro Carvalho Martins, Rodrigo Otávio Coelho Soares, Saulo de Almeida Freire, Sérgio Menezes Dantas Medeiros, Têlio Leão Ayres e Túlio Jorge Ribeiro de Magalhães Chegury, e dos **Conselheiros Estaduais Suplentes:** Almir Sousa de Faria, Carlos Dias Noleto, Marinólia Dias Reis, Juarez Miranda Pimentel, Roger Ottaño e Vézio Azevedo Cunha. **Conselheiros Federais:** Gedeon Batista Pitaluga Júnior; Ercílio Bezerra; Carlos Augusto Pinheiro de Souza e André Luiz Barbosa Melo. **Ausências justificadas:** Conselheiros Adwardys Barros Vinhal e Ronan Pinho Nunes Garcia. A seguir, verificado o *quórum legal*, o Presidente do Conselho Seccional declarou aberta a sessão, saudando todos os presentes e registrando a presença das seguintes pessoas: Presidente da Subseção de Gurupi Albery Oliveira, Presidente da Subseção de Araguaína José Hilário e desejando sucesso nos trabalhos do dia, parabenizou os aniversariantes do mês de fevereiro: Conselheiros estaduais Leontino Labre, Pedro Martins e Carlos Noleto, Conselheiros Federais Ercílio Bezerra e Carlos Augusto Pinheiro, Secretária Executiva da OAB/TO Aline Farias. Após, justificou a ausência da prestação de contas e dos balancetes de janeiro em razão da troca do contador; em seguida divulgou o Termo de Cooperação Técnica entre a Defensoria Pública e a OAB/TO, para disponibilização aos membros da Defensoria Pública do acesso a rede de dados no âmbito das salas de audiência nos fóruns das quarenta e duas comarcas do Tocantins; a seguir o Presidente Epitácio Brandão divulgou o resultado da sua reunião com o Prefeito de Paraíso do Tocantins/TO, juntamente com o Presidente daquela Subseção Raphael Pires e o Conselheiro Federal Ercílio Bezerra, para doação de uma área para OAB/TO, para abrigar sede da Subseção, com posterior venda da sede atual, a ser submetida a futura apreciação deste Conselho. Em seguida, iniciando os trabalhos o Presidente anunciou a leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior, ocasião em que suspendeu os trabalhos pelo tempo regimental para leitura da referida ata, após lida foi feita a **Retificação da Ata:** na fl. 03, linha 26, constar que Fernando Noleto responde a apenas uma ação, e não quatro. Registrou-se o falecimento da mãe do Dr. Carlos Nascimento. Em seguida o Presidente Epitácio Brandão inverteu a ordem da Pauta e colocou em pauta o **item 04 da Pauta:**

Apresentação do relatório do Sistema Carcerário do Estado do Tocantins, e convidou a Dra Ester Nogueira para fazer a apresentação, tendo ela traçado um criterioso diagnóstico das condições das prisões neste Estado, bem como apresentou propostas para solucionar os problemas. O Conselheiro Federal Gedeon Pitaluga solicitou a palavra e registrou seus parabéns ao trabalho da Comissão, principalmente o empenho da Dra. Ester, cujo trabalho foi elogiado no Conselho Federal, obtendo destaque em relação aos demais Estados. O Presidente Epitácio Brandão registrou o agradecimento da Diretoria da OAB/TO ao excelente trabalho da Comissão do Sistema Carcerário, e abriu discussão sobre o tema; o Conselheiro Télió Ayres disse que há dez anos o sistema penitenciário do Tocantins tinha um mil e duzentos presos, e atualmente é quase o triplo, o Estado não consegue acompanhar essa evolução, que deve ser acompanhado com cuidado a terceirização do sistema prisional em nosso Estado, que precisamos fiscalizar, nosso sistema penitenciário está sucateado, é importante reativar as escolas nas penitenciárias; o Conselheiro Antônio Ianowich pontuou que a LEP não é aplicada na prática, que nossos presídios são depósitos de presos, muitos deles provisórios, não basta apenas construir novos presídios, o judiciário deve aplicar as penas alternativas, que gostaria de ver a OAB representar contra os governantes brasileiros perante os tribunais internacionais. O Presidente Epitácio Brandão informou que tal sugestão seria encaminhada ao Conselho Federal, e também o relatório seria encaminhado ao Poder Legislativo do Tocantins, submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Presidente Epitácio Brandão colocou em pauta o **Item 05 da Pauta:** Exposição de medidas contra o aumento do ISSQN no município de Palmas/TO, e convocou o Presidente da Comissão de Direito Tributário Adriano Guinzelli, que explanou sobre o excessivo aumento do ISS em Palmas, que colide com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e impedimento ao confisco, e propôs que a OAB/TO entre com ação contra o aumento. O Conselheiro Federal Ercílio Bezerra sugeriu que a OAB/TO emita uma nota técnica sobre o tema e envie para os advogados e municípios, norteadando o tema. O Presidente Epitácio Brandão lembrou que durante o primeiro mandado do Dr. Ercílio Bezerra como Presidente da seccional emitiu parecer nesse sentido, e, acatando a sugestão do Dr Ercílio Bezerra, solicitou aos advogados tributaristas para contribuir na elaboração dessa nota técnica. O Presidente da Subseção de Gurupi Albery Oliveira informou que também em Gurupi houve aumento muito grande, tendo sido elevado o ISS dos advogados para setenta e cinco reais por mês, e solicitou que Gurupi também seja incluído na análise da legalidade do aumento. O Presidente da Comissão de Defesa das Prerrogativas Alexandre Aires solicitou que não apenas o valor mas também a forma de cobrança do ISS seja explicitada na nota técnica, mencionando também que os escritórios de advocacia não precisam de alvará de funcionamento, que os municípios não têm poder de polícia nos escritórios de advocacia, apenas a OAB. O Presidente da Subseção de Gurupi Albery Oliveira informou que em Gurupi esse problema foi resolvido pela prefeitura. O Conselheiro Rodrigo Otávio afirmou que algumas empresas retêm o ISS nas notas fiscais de pagamento de honorários, que a legislação deveria exigir também para outros tipos de prestação de serviços, que o trabalho do advogado está sendo desvalorizado, deve ser repensado o aumento da carga tributária em geral. O Presidente Epitácio Brandão estendeu aos Presidentes de subseções prestar subsídios a confecção da nota técnica, questionou o Dr. Adriano Guinzelli se houve aumento da alíquota em Palmas e foi informado que ela passou de três para cinco por cento, O Conselheiro Alexandre Aires sugeriu convocar o alcaide municipal para uma reunião com os advogados e assim

tentar reverter esse aumento, o Presidente Epitácio Brandão irá submeter a sugestão a apreciação da Comissão de Direito Tributário. Em seguida passou ao **item 01 da Pauta**: Apresentação, discussão e votação dos nomes dos advogados que serão homenageados na III Conferência dos Advogados do Tocantins (o Patrono e homenageado com a medalha Francisco Mascarenhas), o Presidente Epitácio Brandão informou que a Diretoria sugere o nome do Dr. Renato Jacome para a medalha Francisco Mascarenhas, e convidou a Conselheira Heloisa Maria Cunha para explanar considerações sobre o Dr. Renato Jácome, a mesma disse que o conhece há muitos anos, que é professor, integro e respeitado por todos, que a homenagem é justa e merecida. O Conselheiro Federal Ercílio Bezerra complementou informando que é um dos advogados mais antigos do Estado, que ainda antes da criação do Estado do Tocantins o Dr. Renato já era um porto seguro para solucionar problemas da advocacia, que ele estava presente quando foi assinada ata de criação da OAB/TO, que é um merecido reconhecimento por parte da OAB/TO. A Conselheira Dorema Costa endossou os posicionamentos da Secretária-Geral Adjunta Heloísa e do Conselho Federal Ercílio e pediu a aprovação da homenagem. O Presidente da Subseção de Araguaína José Hilário também defendeu a indicação do Dr. Renato Jácome, aduzindo que a homenagem é justa e merecida. Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade o nome do Dr. Renato Jácome para ser homenageado com a medalha Francisco Mascarenhas. Em seguida o Presidente Epitácio Brandão abriu espaço para os conselheiros indicarem o nome de um advogado para ser homenageado como Patrono da conferência, informando que já foram homenageados o Dr. Francisco Pacheco e o Dr. Mário Santana, o Tesoureiro Pompilio Lustosa sugeriu nome Dr. José da Cunha Nogueira,; o Conselheiro Saulo Freire sugeriu o nome do Dr. Antônio Tônico de Almeida; o Conselheiro Célio Moura citou o nome do Dr. Deocleciano de Amorim Neto; o Dr. Albery citou o nome do Dr. José Fortaleza Lopes, o Conselheiro Federal Gedeon Pitaluga sugeriu o nome do Dr. Assis Brandão. Submetido a votação, o Dr. José Cunha obteve quinze votos, o Dr. Antônio Tônico obteve um voto, o Dr. Deocleciano Amorim obteve quatro votos, o Dr. José Fortaleza obteve quatro votos, o Dr. Assis Brandão obteve um voto, tendo sido aprovado o nome do Dr. José da Cunha Nogueira para Patrono da conferência. Em seguida passou ao **item 02 da Pauta**: Apresentação, discussão e votação do nome do Dr. Ophir Filgueiras Cavalcante para denominar o prédio da primeira sede da seccional do Tocantins da OAB, o Presidente Epitácio Brandão solicitou ao Dr. Coreolano Santos Marinho para discorrer sobre o Dr. Ophir, tendo ele informado que o Dr. Ophir trabalhou arduamente pela criação da Seccional do Tocantins, que se sentia honrado por poder falar sobre ele, que merece de sobra essa justa homenagem. O Vice-Presidente Rubens Dário informou que a OAB/TO foi criada na gestão do Dr. Ophir como Presidente do Conselho Federal, que esteve no velório do Dr. Ophir representando o Presidente Epitácio Brandão, que houve certa omissão da OAB/PA, não tendo decretado luto oficial, que é favorável à homenagem. O Dr. Coreolano complementou que o Dr. Ophir era o Presidente do CFOAB quando a Seccional do Tocantins promoveu a primeira ADIN do Estado do Tocantins, que foram a Brasília com a minuta datilografada por ele e em Brasília o Dr. Ophir os recebeu e encampou a briga, e depois a liminar foi deferida. O Conselheiro Rodrigo Otávio disse que deve ser reconhecido que o Dr. Ophir se posicionou contra a OAB/GO e favorável a criação da OAB/TO. O Conselheiro Federal Gedeon Pitaluga disse que não sabe se houve omissão da seccional do Pará nos eventos fúnebres do Presidente Ophir, mas que o histórico do homenageado deve ser dissociado desses eventos, o Presidente Epitácio Brandão disse que estamos tratando especificamente da homenagem e

não de questões relacionadas a seccional do Pará, que o Dr. Rubens Dário externou posição pessoal, que nada temos contra OAB/PA, o Conselheiro Federal Ercílio Bezerra endossou palavras do Presidente Epitácio Brandão e disse que Dr. Ophir sempre citava seu orgulho de ter sido a Seccional do Tocantins criada em seu mandato, que outras questões são secundárias e devem ficar a margem da homenagem; o Presidente da CAATO Marcelo Wallace endossou palavras do Conselheiro Federal Ercílio, dizendo ainda que sempre recebemos apoio do filho do homenageado, que a homenagem é justa. Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade o nome do Dr. Ophir Filgueiras Cavalcante para o primeiro prédio da Seccional do Tocantins da OAB. Em seguida passou-se ao **item 03 da Pauta**: Processo contra o Presidente da Subseção de Paraíso do Tocantins: convocado a se manifestar, o Dr. Raphael disse que foi citado hoje, que a juíza recebeu a denúncia, que a ação é em virtude de parecer dado por ele; o Presidente da CAATO Marcelo Wallace informou que o Dr. Carlos Noletto já tem o material para a defesa, pois já enfrentou esse tipo de problema; o Presidente da Comissão de Prerrogativas e Valorização da Advocacia Alexandre Aires informou que esse tema já foi discutido em Dianópolis, em virtude de pareceres jurídicos dados como assessor da Câmara Municipal de Paraíso do Tocantins/TO, que o parecer é técnico e legal, que não pode haver pretensão punitiva por externar posicionamento técnico, é injusta a perseguição, há evidente violação de prerrogativas e opina pela imediata impetração de Habeas Corpus, que a Comissão Prerrogativas irá contar com estrutura física e humana para funcionar plenamente, que o HC será impetrado ainda hoje, se for aprovado por este Conselho; submetido a apreciação e votação, foi aprovado por unanimidade, devendo a Comissão de Prerrogativas tomar as providências necessárias. O Presidente Epitácio Brandão informou que foi retirado o item 06 (seis) da pauta. Em seguida passou-se ao **Item 07 da Pauta**: Uniformização em grau recursal de advogados condenados em razão da não inscrição na OAB/TO: O Conselheiro e Presidente do TED Túlio Chegury informou que existem vários advogados exercendo a advocacia no Tocantins sem a inscrição suplementar, e o Tribunal de Ética uniformizou a aplicação de sanções, que chegarão neste Conselho recursos de advogados contestando essas decisões do TED, que o TED só conta com ajuda de quatro colaboradores funcionários da OAB/TO, que o TED uniformizou a aplicação de sanção mais multa, que gostaria que essas decisões do TED fossem mantidas, em que pese a liberdade dos conselheiros para externar livremente seu voto; o outro assunto é que o TED está se deparando com propagandas irregulares por advogados, principalmente em relação ao FGTS, que estão instaurando de ofício as apurações, pede aos advogados que denunciem ao TED se virem tais práticas, que como membro da Comissão de Segurança Pública acompanhou um grupo de empresários ao governador pra tratar de segurança pública, que está um caos, que vários milhões foram devolvidos a União por incapacidade e falta de interesse do Estado do TO, que o único integrante do conselho por parte da iniciativa privada é ele, o resto é de integrantes do governo, que a segurança pública está falida, que no conselho se sente deslocado, falando sozinho. Em seguida o Presidente Epitácio Brandão passou ao **item 09 da Pauta**: Concessão de espaço para explanação sobre a majoração dos emolumentos cartorários: O presidente Epitácio Brandão convidou o Dr. Valdiram Cassimiro, titular do Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato de Natividade/TO para explicar sobre o tema, o qual disse que nossa lei de emolumentos é muito confusa, que há várias interpretações diferentes e também decisões divergentes sobre mesmo tema, que culminou com a remessa de um projeto de lei do TJTO para a Assembléia Legislativa, que não foi apreciado pela Assembléia e o Governo do

TO editou uma Medida Provisória, a qual está na noventena, período esse que encerra em vinte e oito de março próximo, essa MP suscitou algumas polêmicas, e deseja fazer esclarecimentos sobre o assunto, que a MP trata apenas de emolumentos, e por isso é de iniciativa do chefe do executivo, as mudanças iniciam pela clareza das tabelas, outra é a incidência do ISSQN, caso a legislação municipal o preveja, que os atos com valor de zero a cem mil reais correspondem a oitenta e três por cento dos atos praticados pelos cartórios, que esse valor era o teto na legislação antiga, ainda vigente, que a nova lei cobra mais por atos de maior valor, que apenas dezessete por cento dos usuários pagarão mais caro, o teto passou a ser de cinco milhões de reais, que agora os desiguais serão tratados desigualmente. Em seguida o Dr. Geraldo Moromizato, titular do Cartório de Protestos de Palmas/TO pediu a palavra renovou a proposta da parceria do IEPTB/TO (Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil, Seção Tocantins) para que as sentenças condenatórias transitadas em julgado sejam encaminhadas para protesto, sem custo nenhum para o protestante, pois os emolumentos serão cobrados posteriormente do devedor. O Presidente Epitácio Brandão convocou o Conselheiro Alex Hennemann para discorrer sobre a criação da comissão de Direito Notarial e Registral, tendo ele afirmado que dita comissão que só vem a somar e muito ajudará os advogados que não possuem conhecimento técnico específico nessa área do direito; o Dr. Valmiram pediu que a OAB/TO ajude a difundir o direito notarial e registral, o Presidente Epitácio Brandão disse que essa matéria será objeto de estudo, e submeteu a apreciação e votação a criação da comissão, tendo sido aprovado por unanimidade a criação da Comissão de Direito Notarial e Registral. Em seguida o Presidente Epitácio Brandão colocou em pauta a criação da Comissão de Acompanhamento da Eficiência do Poder Judiciário, o Conselheiro Federal Gedeon Pitaluga disse que essa seria uma forma de contribuir com o Poder Judiciário para melhorar a prestação jurisdicional. O Presidente da Comissão de Precatórios Paulo Roberto manifestou que cobramos muito a produtividade dos juízes estaduais, mas o mesmo não ocorre em relação a Justiça Federal, que a estrutura física e humana da JF é boa, igual a da Justiça do Trabalho, e que esta última é eficiente, que é favorável a divisão do TRF da 1ª Região. O Conselheiro Marcelo Furlan endossou as palavras do Conselheiro Federal Gedeon Pitaluga, acrescentando que a produtividade dos nossos juízes é muito baixa, que a média em Gurupi é de trezentos despachos por mês para cada juiz, alguns é de oitenta, que não há no E-Proc prazos para o Juiz, que já reclamou sobre isso junto ao TJTO, mas em vão, que é favorável a criação da comissão. O Conselheiro Alex Hennemann se disse favorável a criação da comissão, ante a chegada próxima do novo Código de Processo Civil, que o CNJ estipula que o número mínimo é de mil e sessenta e seis processos por ano para cada juiz, que no Tocantins o custo de cada processo é de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), que essa comissão pode ajudar a resolver os problemas. Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade a criação da Comissão de Acompanhamento da Eficiência do Poder Judiciário. O Conselheiro Antônio Ianowich pediu a palavra e manifestou sobre reunião realizada com a defensoria pública na comarca de Paraíso do Tocantins para apurar o atendimento, pelos defensores, de pessoas com patrimônio de valor considerável, e que em reunião recente a defensoria apresentou uma resolução com parâmetros específicos, e solicitou a criação de uma comissão para analisar essa resolução, haja vista que os valores constante nesta resolução são elevados e criam competição direta com os advogados, causando prejuízos aos causídicos. O Conselheiro Federal Gedeon Pitaluga parabenizou a iniciativa do Conselheiro Ianowich e endossou suas palavras, o Presidente Epitácio Brandão submeteu esta questão a

Comissão de Defesa das Prerrogativas, vez que já havia entendimentos com a defensoria para discutir com a OAB/TO essas questões, o Presidente da CAATO Marcelo Wallace disse que vários defensores públicos não comungam com esse posição, mas que são obrigados a atender as pessoas. Em seguida passou-se aos **itens 10, 11, 12, 13 e 14 da Pauta**: Apresentação, discussão e votação de Registros de Sociedades Simples e Alterações Contratuais: foi feito em bloco, sendo submetido a discussão e votação o registro das seguintes Sociedades Simples: Railson das Neves Barros Sociedade de Advogados, Vidal e Zambellini Advogados Associados e Fernandes Pereira e Rodrigues Sociedade de Advogados; e Alteração de Registro das seguintes Sociedades Simples: Leite, Marques e Daher Advogados Associados e Zini e Amorim Advogados Associados (foi retirado de pauta o processo de registro da sociedade Amorim e Amorim). Os pareceres da Comissão de Seleção e Inscrição foram favoráveis a todos os pedidos, submetidos a discussão e votação, todos foram aprovados por unanimidade. Em seguida o Presidente Epitácio Brandão encerrou a sessão e convidou a todos para a solenidade de entrega de carteiras para os novos advogados e estagiários. Esgotada a pauta, eu Paulo Saint Martin de Oliveira, Secretário-Geral da Seccional do Tocantins da Ordem dos Advogados do Brasil, lavrei a presente ata que na sessão seguinte será lida, discutida e votada pelos presentes.

Dr. Epitácio Brandão Lopes – Presidente/ **Dr. Paulo Saint-Martin de Oliveira**
- Secretário-Geral